BÁRBARA BASSANI DE SOUZA

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: POLÊMICAS E DESAFIOS

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Doutor Álvaro Villaça Azevedo

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

BÁRBARA BASSANI DE SOUZA

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: POLÊMICAS E DESAFIOS

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Professor Titular Doutor Álvaro Villaça Azevedo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Banca Examinadora:

Sempre, com muito amor e agradecimento, aos meus pais, sem os quais eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

O doutorado é, certamente, fruto de muita dedicação pessoal. Porém, foi a contribuição de professores, colegas de profissão, amigos e familiares, que tornaram esta jornada mais agradável e menos solitária, possibilitando a conclusão de um ciclo de extrema importância para mim.

É difícil encontrar as palavras certas para demonstrar a gratidão que sinto só por ter sido aceita no processo seletivo de doutorado em direito civil na Universidade de Direito de São Paulo (USP), pelo renomado jurista, Professor Doutor Álvaro Villaça Azevedo, meu querido orientador desde o mestrado.

Depois, vieram os créditos, a banca do exame de qualificação e, finalmente, a conclusão da tese. Em todas as etapas, muitos professores estiveram comigo e foram de extrema importância. Ao meu orientador, a minha mais profunda admiração e todo o meu agradecimento, por ter sido atencioso, por estar disponível aos meus anseios e dúvidas, e, principalmente, pelas suas sábias lições. Ao brilhante Professor Doutor Jorge Shiguemitsu Fujita, que sempre esteve comigo, me apoiando e apontando os pontos que poderiam ser aperfeiçoados, como o fez ao integrar a banca do exame de qualificação, juntamente com o Professor Doutor Rui Geraldo Camargo Viana, certo em suas palavras por quem tenho enorme respeito.

Aos Professores Doutores Fernando Campos Scaff, Claudio Luiz Bueno de Godoy, Marco Fábio Morsello e ao Pós-Doutorando Rodrigo de Lima Vaz Sampaio, o meu agradecimento pelas enriquecedoras aulas que tive a honra de acompanhar nos últimos créditos. Meu agradecimento, também, aos Professores Doutor José Luiz Gavião de Almeida e Doutor Carlos Alberto Dabus Maluf, pelas sábias e inesquecíveis lições em sala. Da mesma forma, agradeço ao Professor Doutor Antônio Carlos Marcato, que muito me ensinou sobre processo civil e por ter aceitado uma civilista e especialista em direito securitário em suas aulas.

Ao Professor Walter Polido, pelos ensinamentos essenciais de direito securitário em seus livros e artigos, e pela majestosa coordenação do MBA de Gestão Jurídica de Seguro

e Resseguro da Escola Nacional de Seguros (Funenseg), no qual tenho a honra de lecionar. Obrigada pelos ensinamentos, pela oportunidade, confiança e parceria.

Agradeço, também, à Editora Roncarati, nas pessoas de Christina Roncarati e Pedro Roncarati, pela gentileza, amizade, suporte e por todos os informativos e atualizações de normas e notícias sobre seguros que sempre disponibilizaram. A sua contribuição para o mercado de seguros é louvável e essencial.

À Associação Internacional do Direito do Seguro, Seção AIDA Brasil, obrigada pelo vasto conhecimento que propicia em seguros, diariamente, por meio de suas reuniões de grupo, eventos e congressos. Ao Doutor Luís Antônio Giampaulo Sarro, obrigada pela condução do Grupo de Trabalho de Processo Civil e Seguro, que tenho orgulho em integrar, pela eterna amizade, e preciosas discussões.

À biblioteca do *Chartered Insurance Institute*, em Londres, pelo excelente material disponibilizado, bem como por permitir o acesso de alunos brasileiros.

À Doutora Débora Schalch, presidente da Comissão de Direito Securitário da OAB/SP, e a todos os seus membros, entre os quais com muita alegria e responsabilidade me incluo, todo o meu agradecimento pelo intenso aprendizado e troca de experiências.

Ao amigo José Carlos Van Cleef de Almeida Santos, agradeço, imensamente, por ter disponibilizado a biblioteca de seu escritório, com o empréstimo de excelentes obras sobre seguros e por dividir comigo os seus conhecimentos.

Sou eternamente grata ao TozziniFreire Advogados, o que faço nas pessoas dos sócios Antonio Barbuto Neto, Fernando Serec, Maria Elisa Verri e Marcio Baptista, pelo incentivo aos estudos, bem como por terem acreditado no meu potencial para auxiliar no desenvolvimento da área de seguros e resseguros, tão bem sempre conduzida no passado recente por Marta Viegas, por quem tenho muito respeito, admiração e profundo agradecimento por toda a confiança depositada no meu trabalho.

À Débora Bizetto Massarente, pelos mais de vinte e dois anos de amizade, que fazem com que sejamos irmãs. À amiga Sandra Regina Martins, por me acompanhar desde o mestrado nas angústias e nas alegrias acadêmicas até a conclusão da tese de doutorado.

À minha família, que é muito pequena, mas extremamente intensa: meus pais, Antonella e Edson; meus nonnos (sim, a descendência italiana não permite chamá-los de

avós), Piera e Giancarlo; e meu irmão, Leonardo. Todos o meu alicerce, meu porto seguro. A minha mais profunda gratidão por todo o apoio, incentivo e, principalmente, amor, que fazem com que eu nunca desista de alcançar meus objetivos.

Enfim, manifesto, aqui, a todos os nomes destacados, todo o meu agradecimento e a minha homenagem, que, às vezes, pela correria do dia-a-dia, acaba ficando menos exaltada do que deveria.

Espero não ter cometido a injustiça de deixar de destacar algum nome, mas, de qualquer modo, registro o meu agradecimento a todos que, mesmo não elencados aqui, estiveram comigo e, de alguma forma, contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico.

RESUMO

SOUZA, Bárbara Bassani de. *Seguro de Responsabilidade Civil: Polêmicas e Desafios*. 2018. 279 p. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O seguro de responsabilidade civil é extremamente relevante como instrumento de proteção, e o âmbito de sua cobertura enfrenta desafios constantes diante dos novos riscos a que a sociedade está sujeita. O objetivo da presente tese é traçar os principais aspectos relacionados ao contrato de seguro de responsabilidade civil facultativo, sua evolução normativa, natureza jurídica e conceito, à luz da legislação securitária, tanto no âmbito civil como no âmbito regulatório, para então, tratar, brevemente, de algumas das suas principais modalidades como o seguro de responsabilidade civil geral, o seguro de responsabilidade civil profissional (*E&O*), e o seguro para executivos e administradores (*D&O*), além de discorrer acerca de algumas das principais polêmicas relacionadas aos seguros de responsabilidade civil, de forma geral, entre as quais, destacam-se: o conceito de sinistro; o descumprimento pelo segurado de seus deveres; a vedação legal do segurado transacionar com o terceiro sem a anuência da seguradora; o pagamento da indenização ao terceiro prejudicado e a inexistência de relação entre a seguradora e o terceiro; a possibilidade do exercício de sub-rogação e contra quem ela será exercida; a prescrição da pretensão do segurado em face da seguradora e a do terceiro para com o segurado; além de discussões envolvendo coberturas e exclusões, diante dos riscos cibernéticos e dos novos tipos de dano. Considerando a intensa litigiosidade que permeia o tema, a tese aborda, também, algumas discussões processuais acerca da inexistência de relação jurídica entre a seguradora e o terceiro prejudicado, no tocante à ação direta e à denunciação da lide, além da possibilidade de os conflitos serem dirimidos por arbitragem. Ao final, são analisados os dispositivos que tratam do tema no projeto de lei de seguros em trâmite no Senado Federal (PLC nº 29/2017) e, propõe-se algumas alterações pontuais em dispositivos constantes no Código Civil.

Palavras-chave: Seguro de Responsabilidade Civil. Características. Espécies. Polêmicas. Novos Riscos. Solução de Conflitos. Projeto de Lei.

ABSTRACT

SOUZA, Bárbara Bassani de. *Liability Insurance: Controversies and Challenges*. 2018. 279 p. Thesis (Ph.D. in Civil Law) – School of Law of the University of São Paulo, São Paulo, 2018.

Civil liability insurance is extremely relevant as a protection instrument, and the scope of its coverage faces constant challenges in view of the new risks to which society is subject. The purpose of this thesis is to outline the main aspects related to the civil liability insurance contract, its normative evolution, legal nature and concept, in the light of the security legislation, both in the civil scope and in the regulatory scope, and then to deal briefly with some of its main modalities such as general civil liability insurance, professional liability insurance (E&O), and insurance for directors and officers (D&O), in addition to discussing some of the main controversies related to civil liability insurance, in general, among which are: the concept of loss; the non-compliance by the insured of his duties; the legal prohibition of the insured to transact with the third party without the consent of the insurer; the payment of compensation to the third party injured and the inexistence of relationship between the insurer and the third party; the possibility of the exercise of subrogation and against whom it will be exercised; the Statute of Limitations of the claim of the insured against the insurer and that of the third party towards the insured; as well as discussions involving coverage and exclusions, in view of the cybernetic risks and the new types of damage. Considering the intense litigation that encompasses the subject, the thesis also addresses some procedural discussions about the inexistence of legal relationship between the insurer and the third party injured, regarding direct lawsuit and third party action, besides the possibility of conflicts being solved by arbitration. Finally, the regulation that deals with this issue is analyzed in the insurance bill of law is currently being processed by the Federal Senate (PLC nº 29/2017), and the thesis suggests some specific changes in current rules in the Civil Code.

Key words: Liability insurance. Characteristics. Species. Controversies. New Risks. Conflict Resolution. Bill of Law.

RIASSUNTO

SOUZA, Bárbara Bassani de. *Assicurazione di Responsabilità Civile: Polemiche e Sfide*. 2018. 279 p. Tesi di Dottorato - Facoltà di Diritto, Università di São Paulo, São Paulo, 2018.

L'assicurazione di responsabilità civile è estremamente rilevante come strumento di protezione e la portata della sua copertura deve affrontare sfide costanti in vista dei nuovi rischi a cui è soggetta la società. Lo scopo di questa tesi è quello di delineare gli aspetti principali relativi al contratto di assicurazione di responsabilità civile facoltativa, la sua evoluzione normativa, la natura giuridica e il concetto, alla luce della legislazione sulla sicurezza, sia civile che normativa, alcune delle sue principali modalità come assicurazione di responsabilità civile, assicurazione di responsabilità professionale (E&O) e assicurazione per dirigenti e amministratori (D&O), oltre a discutere alcune delle principali controversie relative all'assicurazione di responsabilità civile civile, in generale, tra cui spiccano i seguenti: il concetto di sinistro; l'inosservanza da parte dell'assicurato delle sue funzioni; la recinzione legale dell'assicurato di trattare con la terza parte senza il consenso dell'assicuratore; il pagamento del risarcimento al terzo infortunato e l'inesistenza del rapporto tra l'assicuratore e la terza parte; la possibilità di esercitare surrogazione e contro chi sarà esercitata; la prescrizione del credito dell'assicurato nei confronti dell'assicuratore e quello della terza parte nei confronti dell'assicurato; oltre alle discussioni riguardanti le coperture e le esclusioni, in considerazione dei rischi cibernetici e dei nuovi tipi di danni. Considerando l'intenso contenzioso che permea l'argomento, la tesi affronta anche alcune discussioni procedurali sull'inesistenza del rapporto giuridico tra l'assicuratore e la terza parte coinvolta, riguardo all'azione diretta e alla chiamata in garanzia, oltre alla possibilità che i conflitti siano risolti dall'arbitrato. Alla fine, i meccanismi che trattano questo problema sono analizzati nel progetto di legge sulle assicurazioni attualmente in fase di elaborazione da parte del Senato Federale (PLC n° 29/2017), e vengono proposte alcune modifiche specifiche nelle disposizioni contenute nel Codice Civile.

Parole Chiave: Assicurazione di Responsabilità Civile. Caratteristiche. Specie. Polemiche. Nuovi Rischi. Risoluzione dei Conflitti. Progetto di Legge.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDA – Associação Internacional de Direito de Seguros

CC – Código Civil

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CPC – Código de Processo Civil

Fenaseg - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta

IBDS – Instituto Brasileiro de Direito do Seguro

IRB – Instituto de Resseguros do Brasil

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

TJ – Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL: ASPECTOS GERAIS.....	19
2.1. Breve Evolução Histórica.....	19
2.2. Previsão no Código Civil Brasileiro.....	22
2.3. Previsão Regulatória.....	24
2.4. Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil.....	31
2.5. Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil.....	36
2.5.1. Conceito.....	36
2.5.2. Natureza Jurídica	41
2.5.3. Elementos	43
2.5.3.1. Interesse Segurável	43
2.5.3.2. Risco.....	45
2.5.3.3. Prêmio	48
2.5.3.4. Indenização	48
2.5.4. Partes.....	49
3. PRINCIPAIS MODALIDADES.....	52
3.1. Seguro de Responsabilidade Civil Geral.....	52
3.1.1. Circular SUSEP nº 437/2012: Considerações Gerais	52
3.1.2. Principais Coberturas Básicas e Adicionais	55
3.1.3. Limites e Garantias	59
3.2. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional.....	60
3.3. Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (<i>D&O</i>)	63
3.4. Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga (RCF-DC).....	68
3.5. Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental.....	68
3.6. Apólices à Base de Ocorrência e Apólices à Base de Reclamações	69
4. ALGUMAS POLÊMICAS.....	73
4.1. Conceito de Sinistro	73
4.2. Descumprimento pelo Segurado de Algumas das suas Principais Obrigações.....	78
4.2.1. Comunicação da Expectativa e do Sinistro	81
4.2.2. Colaboração na Transação	84
4.3. Pagamento da Indenização ao Terceiro Prejudicado.....	89

4.4. Sub-rogação de Direitos	90
4.5. Prescrição	98
4.6. Da Responsabilidade do Segurado na Hipótese de Insolvência da Seguradora.....	104
4.7. Algumas Discussões: Coberturas e Exclusões	105
4.7.1. Multa.....	105
4.7.2. Despesas de Salvamento.....	108
4.7.3. Custos de Defesa	110
4.7.4. Principais Riscos Excluídos	113
5. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E NOVOS RISCOS NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA	121
5.1. Evolução Tecnológica e os Riscos Cibernéticos.....	121
5.2. Responsabilidade Civil sem Dano	128
5.3. Indenização pelo Tempo Perdido.....	131
5.4. Danos Sociais	133
5.5. Danos Existenciais	136
5.6. Perda de Uma Chance	141
6. SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	150
6.1. Âmbito Judicial	150
6.1.1. Denúnciação da Lide	151
6.1.2. Chamamento ao Processo.....	154
6.1.3. Ação Direta.....	157
6.2. Arbitragem	165
6.2.1. Lei de Arbitragem.....	166
6.2.2. Contrato de Adesão	167
6.2.2.1. Contrato de Seguro como Contrato de Adesão.....	168
6.2.3. Contrato de Consumo	173
6.2.3.1. Contrato de Seguro como Contrato de Consumo	175
6.2.4. Previsão Regulatória.....	177
6.2.5. Diálogo das Fontes	183
6.2.6. Algumas Problemáticas	185
6.2.6.1. Litígios entre Partes Relacionadas	185
6.2.6.2. Efeitos da Sub-rogação	189
6.2.6.3. Envolvimento do Ressegurador	192
6.3. Mediação	194

7. BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIREITO ESTRANGEIRO.....	198
7.1. Itália.....	198
7.2. Portugal	204
7.3. França	208
7.4. Espanha	211
7.5. Reino Unido	215
7.6. Alemanha.....	217
7.7. Argentina	221
7.8. Considerações Finais.....	225
8. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL NO PROJETO DE LEI DE SEGUROS.....	227
8.1. Considerações Gerais	227
8.2. Artigos Diretamente Relacionados ao Seguro de Responsabilidade Civil.....	233
8.2.1. Artigo 102	233
8.2.1.1. Sugestão de Alteração ao Artigo 102.....	234
8.2.2. Artigo 103	234
8.2.2.1. Sugestão de Alteração ao Artigo 103.....	240
8.2.3. Artigo 104.....	240
8.2.3.1. Sugestão de Alteração ao Artigo 104.....	241
8.2.4. Artigo 105	241
8.2.4.1. Sugestão de Alteração ao Artigo 105.....	242
8.2.5. Artigo 106.....	242
8.2.5.1. Sugestão de Alteração ao Artigo 106.....	243
8.2.6. Artigos 124 e 125.....	244
8.2.6.1. Sugestão de Alteração aos Artigos 124 e 125.....	247
8.3. Artigos Indiretamente Relacionados ao Seguro de Responsabilidade Civil	247
8.4. Considerações Finais	254
8.5. Sugestão de Projeto de Lei	255
8.6. Justificativa.....	256
9. CONCLUSÕES	258
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267

1. INTRODUÇÃO

O mercado securitário cresce cada vez mais e tende a crescer muito ainda mesmo diante do atual cenário econômico do país¹, tendo em vista que o seguro é um instrumento necessário, justamente, para a repartição dos riscos e o equilíbrio financeiro.

Entre tantas espécies, o seguro de responsabilidade civil é um dos mais relevantes como instrumento de proteção à disposição da sociedade, pelo qual a seguradora garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro, em razão de sua responsabilidade civil.

São muitos os seguros de responsabilidade civil, especialmente, em relação à clássica divisão entre aqueles obrigatórios (cuja contratação é imposta por lei) e facultativos (cuja contratação é mera liberalidade do segurado). Vale notar que os seguros de contratação facultativa são cada vez mais exigidos como condição para a celebração de alguns negócios, seja em licitações, seja por empresas privadas, ou até mesmo por clientes.

É cada vez mais comum nos depararmos com cláusulas em editais ou em contratos dos mais diversos tipos (como os de empreitada e armazéns, por exemplo) que exigem a contratação de um seguro de responsabilidade civil para garantir os danos causados pelo contratado a terceiros. Igualmente, existem grandes grupos empresariais que apenas contratam escritórios de advocacia se esses estiverem cobertos pelo seguro de responsabilidade civil por erros e omissões. O mesmo ocorre com hospitais e clínicas de tratamento.

Atualmente, um dos seguros de responsabilidade civil de maior evidência é o seguro *D&O - Directors and Officers*, que tem como objetivo proteger o patrimônio das pessoas físicas que ocupam cargos ou funções diretivas na empresa. Com a responsabilização da

¹ “6,5% do PIB brasileiro em 2017 equivale ao mercado de seguros, composto por 118 seguradoras, 137 empresas de resseguro, 18 empresas de capitalização, 90 mil corretores de seguros, 1.053 operadoras de saúde suplementar e 18 entidades abertas de previdência complementar. Somente em seguros de danos, foram pagos mais de R\$ 35,9 bilhões em indenizações.” (Disponível em: <https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/cnseg_setor_seguros_2017.pdf>. Acesso em 3 Junho. 2018).

pessoa física pelos atos praticados no exercício de suas funções diretivas, referido seguro é, muitas vezes, exigido pelos diretores e administradores antes de aceitarem o cargo. Ainda, tal seguro ganhou maior evidência, além do aumento de sinistralidade com as investigações conhecidas como “Operação Lava – Jato”, entre outras, recentemente, deflagradas no país.

Nesse diapasão, o estudo do tema tem por motivação a indispensabilidade da contratação de um seguro de responsabilidade civil como instrumento de proteção à sociedade, como também as inúmeras ações judiciais propostas por terceiros prejudicados em que há a denúncia da lide à seguradora, para fazer frente ao pagamento da indenização securitária com a natureza de reembolso ao seu segurado, como também analisar todas as hipóteses legais, para que seja encontrada solução justa e equânime às questões práticas a serem estudadas, propiciando que o contrato de seguro alcance o seu fim.

Devido à amplitude do tema e da variação dos ramos de seguro de responsabilidade civil, a pesquisa será limitada aos seguros facultativos de responsabilidade civil, com a abordagem de algumas de suas principais questões controversas e, também, de alguns desafios em razão dos novos riscos a que a sociedade está exposta.

Nesse sentido, serão tecidas breves considerações quanto à evolução histórica normativa do seguro de responsabilidade civil e, na sequência, serão abordados os aspectos desse seguro, bem como as suas principais modalidades, como o seguro de responsabilidade civil geral, o seguro de responsabilidade civil profissional (*E&O*), e o seguro para executivos e administradores (*D&O*). Não se tem a pretensão de detalhar as peculiaridades de cada uma das referidas modalidades, mas tão somente situar o leitor para demonstrar a aplicação e relevância do estudo do tema.

Em seguida, serão desenvolvidas algumas das principais polêmicas em razão de previsões e lacunas legislativas, bem como situações práticas envolvendo coberturas e exclusões relacionadas aos seguros de responsabilidade civil, de forma geral. Com relação às referidas polêmicas, destacam-se: (i) o conceito de sinistro; (ii) o descumprimento pelo segurado de seus deveres; (iii) a vedação legal do segurado transacionar com o terceiro sem a anuência da seguradora; (iv) o pagamento da indenização ao terceiro prejudicado e a inexistência de relação entre a seguradora e o terceiro; (v) a possibilidade do exercício de sub-rogação e contra quem ela será exercida; (vi) a prescrição da pretensão do segurado em face da seguradora e a do terceiro para com o segurado; (vii) além de discussões envolvendo coberturas e exclusões, como a questão da multa e dos custos de defesa.

Serão abordados exemplos práticos para verificar a correção ou não do posicionamento administrativo praticado pelas seguradoras quando da regulação dos sinistros de responsabilidade civil geral e profissional, abordando, também, questões jurisprudenciais acerca do tema e sua repercussão, de forma que seja apresentada uma conclusão justa e possível à luz do ordenamento jurídico.

A base do estudo está pautada, principalmente, na legislação securitária, tanto no âmbito civil como no âmbito regulatório (Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP), além de conceitos e regramentos que permeiam o estudo da responsabilidade civil no âmbito do Direito Civil.

Objetiva-se abordar conceitos importantes que envolvam dano material, moral e indenização a título da perda de uma chance, sempre com enfoque no seguro de responsabilidade civil, bem como os desafios frente aos novos riscos que a sociedade já enfrenta, como a questão dos riscos cibernéticos, entre tantos outros.

Além disso, serão elucidados os meios de solução de conflitos no âmbito judicial e na arbitragem para dirimir controvérsias, tratando da questão acerca da possibilidade ou não da ação direta do terceiro em face da seguradora, além de entendimentos doutrinário e jurisprudencial acerca do tema no direito brasileiro e estrangeiro em países como Itália, Portugal, França, Reino Unido, Alemanha e Argentina.

Feito isso, serão demonstradas as modificações previstas para o ramo do seguro de responsabilidade civil no Projeto de Lei de Seguros (PLC nº 29/2017), em trâmite no Senado Federal, a partir de uma análise geral da motivação do referido Projeto, e do estudo dos artigos com impacto direto e, também, indireto, nessa espécie securitária, com as considerações para a necessária supressão das previsões contidas nele. Ao final, propõe-se modificações pontuais nos dispositivos em vigor no Código Civil, na tentativa de solucionar algumas das polêmicas analisadas.

Destarte, a pesquisa a ser realizada tem extrema importância para a compreensão do estudo do seguro de responsabilidade civil, por envolver questões atuais, uma vez que além de abordar aspectos ainda não consagrados pacificamente pelos tribunais, o próprio texto da lei revela-se insuficiente para abranger todas as situações práticas, já que o Código Civil trata do assunto em apenas dois artigos e a legislação regulatória no âmbito SUSEP é bastante lacunosa. Isso tendo em vista que existem normas gerais aplicáveis a todo e

qualquer seguro de danos, entre os quais se incluem os seguros de responsabilidade civil, e apenas uma Circular SUSEP específica para tratar do seguro de responsabilidade civil geral (Circular SUSEP nº 437/12), além de uma recente norma para tratar do seguro *D&O* (Circular SUSEP nº 553/17), inexistindo normas próprias sobre os seguros de responsabilidade civil profissional, ou seguro de responsabilidade civil ambiental, por exemplo, muito embora a própria necessidade de existir regra específica para todas as espécies existentes já seja questionável por si.

Enfim, espera-se que a leitura possibilite uma árdua reflexão sobre o contrato de seguro de responsabilidade civil e contribua para solucionar questões de ordem prática, enfrentadas com frequência pelas seguradoras, pelos segurados e pelas vítimas (terceiros prejudicados), mas tratadas de forma extremamente escassa pela doutrina, o que justifica não apenas a escolha do tema como, também, revela a contribuição original à ciência brasileira por abordar pontos atuais, cujo enfrentamento, até então, não havia sido realizado na forma exposta nos Capítulos a seguir.

9. CONCLUSÕES

A partir da análise realizada, são elencadas as conclusões a seguir expostas.

1. Os movimentos históricos e a evolução da vida moderna contribuíram para modificações importantes em relação ao conceito da responsabilidade civil (antes fundada na culpa, chegando ao risco, discutindo-se a reparação sem danos nos dias de hoje). Nesse contexto, o seguro de responsabilidade civil foi ganhando cada vez maior dimensão, seja no âmbito dos seguros obrigatórios, seja no dos facultativos, sendo de extrema importância.

2. No Código Civil de 1916, não havia nenhum artigo destinado a seguros de responsabilidade civil, sendo aplicáveis, no que era cabível, as regras previstas para os seguros de danos, tendo em vista que pertencem a essa macro espécie em oposição aos seguros de pessoas. No Código Civil atual, a referida espécie securitária passou a ser regulamentada em apenas dois artigos, permanecendo a aplicação, no que cabível, com relação aos seguros de danos. Existem, ainda, algumas legislações esparsas para tratar de seguros obrigatórios, cuja contratação é imposta por lei, sob pena das sanções cabíveis. Portanto, o Código Civil é bastante conciso em relação aos seguros de responsabilidade civil e, por certo, não esgota todas as problemáticas concernentes ao assunto.

3. No âmbito regulatório SUSEP, por outro lado, existem inúmeras normas específicas seja para tratar dos seguros obrigatórios, seja para tratar dos seguros facultativos do ramo de responsabilidade civil (cuja contratação não é imposta por lei, apesar da sua relevância), cujo estudo da presente tese limitou-se, considerando a inviabilidade de detalhar todas as espécies que permeiam o seguro de responsabilidade civil. Assim, quando se falar em seguro de responsabilidade civil (apenas), leia-se, facultativo.

4. No seguro de responsabilidade civil, o segurador garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo segurado a terceiro, ou seja, tem como função indenizar o segurado, tutelando o seu patrimônio. Tal como todo seguro, seus elementos são o interesse (a ideia de preservação do patrimônio do segurado), o risco (a possibilidade de o segurado vir a ser responsabilizado civilmente pelos danos causados ao terceiro prejudicado), o prêmio (a contraprestação paga pelo seguro), a garantia (o dever de a seguradora garantir contra o risco durante o período determinado) e a indenização securitária (devida pela seguradora quando o segurado for responsabilizado civilmente por danos causados a terceiros ou, ainda, para defender o segurado contra as acusações que lhe são feitas, ainda que não haja responsabilidade perante as mesmas).

5. O terceiro não é parte no seguro de responsabilidade civil porque não tem qualquer relação com a seguradora na fase pré-contratual e jamais contrata o seguro, muito embora possa ter com a seguradora alguma relação na fase de regulação de sinistro, especialmente, se houver pagamento direto da indenização securitária pela seguradora ao terceiro.

6. São muitas as espécies de seguro de responsabilidade civil, com destaque para (i) seguro de responsabilidade civil geral, regulamentado pela Circular SUSEP nº 437/2012; (ii) seguro de responsabilidade civil dos diretores e administradores (*D&O*), recentemente, regulamentado pela Circular SUSEP nº 553/2017; (iii) seguro de responsabilidade civil profissional (*E&O*); e (iv) seguro de responsabilidade civil ambiental, sendo que esses dois últimos não estão regulados de forma específica, sendo aplicáveis, no que for cabível, as regras previstas para o seguro de responsabilidade civil geral, embora pertençam a ramos distintos. Em todas as espécies em questão, as apólices poderão ser contratadas à base de ocorrência, ou à base de reclamações, embora nos seguros de *D&O* e *E&O*, por exemplo, seja mais comum a contratação de apólices à base de reclamações.

7. A larga abrangência do seguro de responsabilidade civil faz com que surjam diversas questões práticas que resultam em algumas das principais polêmicas, que permeiam essa espécie, cujas soluções não são dadas pelo legislador, tampouco pelo órgão regulador de seguros. Entre as principais polêmicas, destacam-se: (i) o descumprimento pelo segurado de seus deveres e os seus reflexos na cobertura securitária; (ii) a vedação da transação entre o segurado e o terceiro prejudicado sem a anuência da seguradora e a extensão do direito da seguradora de negociar com o seu segurado a respeito do exercício da sua defesa, em juízo ou fora dele; (iii) a possibilidade da indenização securitária ser paga diretamente ao terceiro prejudicado; (iv) a possibilidade de a seguradora sub-rogar-se nos direitos do segurado; (v) o prazo prescricional da pretensão do segurado contra a seguradora; e (vi) as discussões que envolvem algumas coberturas e exclusões.

8. No artigo 787, do Código Civil, o legislador, além de definir o seguro de responsabilidade civil, estabelece algumas regras. O §1º, do referido artigo, trata da necessidade de o segurado comunicar a seguradora acerca da expectativa do sinistro, o que é de fundamental relevância, sob pena de perda do direito à indenização. Trata-se de um dos deveres mais importantes do segurado. Apesar da clareza da norma, é bastante controverso o momento em que o segurado tem conhecimento das consequências de seu ato, para

configurar a necessidade de comunicar a seguradora, no âmbito administrativo. Diferentemente, no âmbito judicial, o momento em que o segurado é citado para se defender da demanda ajuizada por terceiro, configura o momento em que tem ciência acerca da expectativa de sinistro.

9. O sinistro, no seguro de responsabilidade civil, é a responsabilidade do segurado pelos danos causados a terceiro, observados os momentos que o antecedem (o dano do terceiro, a reclamação do terceiro contra o segurado), daí a importância da teoria do ato complexo para justificá-lo. Emanam dois deveres essenciais dessa espécie, consistentes no dever do segurado em comunicar ao segurador tão logo saiba das consequências de ato seu, suscetível de lhe acarretar a responsabilidade incluída na garantia e o dever do segurado dar ciência da lide ao segurador, quando intentada a ação contra ele. Assim, não apenas a comunicação do sinistro, como também a comunicação da expectativa de sinistro revela-se fundamental, cujo descumprimento pode ser extremamente prejudicial.

10. O caráter fundamental da referida comunicação pode ser visto em outras legislações. Na Itália, há um prazo bastante exíguo de três dias para o segurado notificar a reclamação à seguradora, sendo a notificação dispensável se a seguradora intervir dentro do referido prazo. Do mesmo modo, se vê o prazo de três dias na Argentina. Já, na Espanha, existe a regra geral de que o segurado tem sete dias para comunicar o sinistro à seguradora, salvo quando for estipulado prazo maior em benefício do segurado ou quando a apólice mencionar que a comunicação deve ser feita o mais rápido possível, sem estipular um prazo específico em dias (o que é muito comum). Na Alemanha, a legislação menciona o prazo de uma semana.

11. A nossa legislação, acertadamente, é rigorosa quanto à celebração de transação, vedando que o segurado e o terceiro prejudicado transacionem sem a anuência da seguradora, regra essa repetida nos clausulados das apólices de responsabilidade civil. Apesar disso, em alguns casos, são noticiados acordos realizados entre o segurado e o terceiro prejudicado, sem que a seguradora tenha conhecimento. Nesse sentido, há julgados que ignoram a letra da lei e as disposições contratuais e compelem a seguradora ao pagamento do reembolso ao segurado.

12. A relativização da vedação da celebração de transação pelo segurado com o terceiro revela-se defensável, casuisticamente (isto é, a depender do caso concreto), porque a própria demora da seguradora no envio de uma resposta acerca da autorização do acordo

ou do valor da alçada, gerada pela falta de celeridade na regulação do sinistro, pode ser contrária à necessidade de mitigação do dano, dever a que, igualmente, está obrigado o segurado. Da mesma forma, há de ser considerada a hipótese de a seguradora autorizar e recomendar o acordo, mas o segurado não tem interesse em realizá-lo por temer que isso implique o reconhecimento de sua responsabilidade, causando prejuízo a ele mesmo e à seguradora, hipótese em que, naturalmente, a seguradora deverá responder no limite do valor que havia ofertado a título de acordo.

13. Apesar de o terceiro não ser parte no contrato de seguro, é possível que a indenização securitária seja paga diretamente a ele, como uma facilidade na dinâmica do recebimento de valores, propiciando maior celeridade do ponto de vista prático, que não se confunde, portanto, com a possibilidade de ação direta por parte do terceiro em face da seguradora, muito embora, a partir do momento em que a seguradora realizar o pagamento ao terceiro, na esfera administrativa, inicia com ele uma relação.

14. Como no seguro de responsabilidade civil, o principal objetivo é garantir o patrimônio do segurado, contra os danos causados por ele, a sub-rogação fica sem efeito prático, na maioria das vezes, já que a seguradora não irá exercê-la contra o próprio segurado. Todavia, não é à toa que os clausulados fazem menção à possibilidade da sub-rogação mesmo nessa espécie securitária, já que existem situações em que ela pode operar, especialmente, quando houver mais de um responsável pelo dano, embora ocorra com menor frequência do que em outros seguros de danos.

15. Quanto à prescrição anual da pretensão do segurado em face da seguradora, o Código Civil é bastante claro ao estabelecer como marco inicial a data em que o segurado é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou a data que a este indeniza, com a anuidade do segurador. O prazo estabelecido pelo legislador deve permanecer intacto mesmo nos casos de indeferimento ou ausência de cabimento da denúncia da lide. A grande questão é que o seguro de responsabilidade civil está relacionado à própria responsabilidade civil do segurado, razão pela qual as provisões técnicas da seguradora devem considerar o tempo que o terceiro tem para exercer a sua pretensão em face do segurado, que, na maioria das vezes, é muito maior do que o prazo anual prescricional estabelecido para a relação securitária.

16. Outra questão interessante, envolvendo a prescrição é quando a seguradora exerce a sub-rogação nos direitos e ações do segurado, ficando a seguradora sujeita aos

mesmos prazos prescricionais a que seu segurado teria contra o causador do dano. A discussão, aqui, não abrange o prazo em si, mas o marco inicial do mesmo, tendo em vista que a sub-rogação somente se materializa com o pagamento da indenização securitária, não podendo ser considerado o mesmo marco inicial para a contagem do prazo que o segurado teria contra o causador do dano, sob pena de inviabilizar a própria sub-rogação da seguradora. Em outras palavras, tratando-se de sub-rogação da seguradora, o prazo prescricional é sempre o mesmo que seu segurado teria contra o causador do dano. Porém, o marco inicial para a contagem do referido prazo é a data do pagamento da indenização securitária ao segurado.

17. As coberturas e exclusões em uma apólice de responsabilidade civil são inúmeras e dependem do ramo do seguro (responsabilidade civil geral, profissional, *D&O*, ambiental, etc.) e, também, dos interesses comerciais de cada seguradora, que, conforme o apetite para determinado risco pode optar por cobrir algo, que, comumente, estaria excluído, mediante o recebimento de prêmio adicional específico para tanto. Enfim, depende muito da situação concreta e da subscrição do risco.

18. Na maioria das vezes, a discussão que envolve a exclusão não está no tipo do risco excluído em si, mas na redação da cláusula, ou, na falta de compatibilidade entre as condições gerais, especiais e particulares, ou, ainda, na comunicação inadequada ao segurado acerca da existência de determinada exclusão, quando da contratação do seguro.

19. São inúmeros os desafios do seguro de responsabilidade civil, especialmente, considerando os riscos a que a sociedade moderna está sujeita, bem como a nova classificação de danos que não estão enquadrados de forma inequívoca nas apólices. É digno de destaque a evolução tecnológica e os riscos cibernéticos, a responsabilidade civil sem dano, a indenização pelo tempo perdido, os danos sociais, existenciais, e a perda de uma chance.

20. Com relação aos riscos cibernéticos, embora a cobertura ainda seja, timidamente, oferecida no país, já existem apólices contemplando-os e mesclando-os com coberturas próprias de responsabilidade civil. A responsabilidade civil sem dano, por sua vez, embora seja vista como um mecanismo indenizatório para não estimular a conduta irregular, dificilmente, encontrará cobertura nas apólices de responsabilidade civil, já que a indenização securitária, via de regra, necessita da existência e da mensuração do dano.

21. Quanto aos danos sociais, existenciais e indenização concedida a título de perda de uma chance, prevalece a discussão acerca do enquadramento dos mesmos como uma categoria própria e, se assim for entendido, poderão não encontrar amparo nas apólices de seguro de responsabilidade civil, as quais, em linhas gerais, não trazem o conceito, tampouco a cobertura para referidos tipos de danos. Apesar disso, desde que, devidamente precificado, nada impede que as seguradoras optem por oferecer cobertura a esses danos de forma específica e com definições segregadas para cada um deles. Por outro lado, se a condenação do segurado mencionar, claramente, que os danos sociais, existenciais e a indenização concedida a título de perda de uma chance não integram categoria própria, e forem classificados, como danos materiais e/ou morais, caberá à seguradora, avaliar a existência da cobertura contratada para referidas categorias (danos materiais e/ou morais), observados os limites máximos indenizatórios, considerando os eventuais riscos que uma negativa de cobertura poderá ensejar, inclusive.

22. Para dirimir todas as questões expostas, existem os meios de solução de conflitos, sendo necessário avaliar as medidas que podem ser adotadas pelo segurado em face da seguradora; bem como as eventuais medidas que podem ser adotadas pelo terceiro; e a convivência entre todas elas, seja no âmbito judicial ou por outros meios, como a arbitragem e a mediação.

23. O legislador estipula a necessidade de o segurado dar ciência da lide ao segurador, quando intentada a ação contra ele. Assim, questão prática que se coloca em relação a tal regra é o conflito aparentemente existente entre o direito material e o processual, na medida em que a denúncia da lide à seguradora não é obrigatória, sendo possível a ação de regresso para tanto, do ponto de vista processual. Por outro lado, do ponto de vista do direito material, se o segurado não comunicar a existência da lide à seguradora, poderá perder o direito à indenização. Da mesma forma, a seguradora que não comunicar ao ressegurador.

24. A natureza do seguro de responsabilidade civil é própria da ação de regresso, pois a seguradora somente está obrigada ao pagamento da indenização securitária se restar constatada a responsabilidade civil do segurado perante o terceiro prejudicado. Justamente, por isso, o instituto da denúncia da lide é comumente utilizado nos seguros de responsabilidade civil. Importante notar, ainda, que a condenação direta no âmbito da denúncia da lide não se confunde com a ação direta. Nesse contexto, a previsão do artigo

128, parágrafo único do CPC, e da Súmula 537, do STJ, devem ser tratadas com muito cuidado e ter uma aplicação pontual apenas nos casos em que for clara, na fase de conhecimento e na decisão transitada em julgado passível de execução, a limitação do contrato de seguro e a responsabilidade da seguradora perante o segurado, mesmo porque não cabe ao legislador em matéria processual, tampouco, ao judiciário, criar uma solidariedade *sui generis*, como se denota da mera leitura da redação tanto do artigo como da Súmula referidos acima.

25. No âmbito da legislação processual civil, não há dúvidas de que o instituto do chamamento ao processo não se coaduna com a natureza do seguro de responsabilidade civil, sendo incabível, portanto, para dirimir conflitos dele advindos. Todavia, no âmbito da legislação consumerista, surgem algumas dúvidas em relação ao instituto, em razão da redação do artigo 88, do Código de Defesa do Consumidor, que veda a denúncia da lide. De qualquer modo, a única conclusão possível é a de que o chamamento ao processo não se coaduna com o seguro de responsabilidade civil porque inexiste solidariedade entre a seguradora e o segurado perante o terceiro.

26. Merece destaque a discussão acerca da possibilidade do ajuizamento de ação pelo terceiro prejudicado (a vítima) diretamente em face da seguradora. A legitimidade do terceiro para tanto dependerá da existência ou não de qualquer relação mantida com a seguradora. O terceiro jamais é parte e nunca integra o seguro nas fases pré-contratual e contratual, como regra. Todavia, quando da regulação do sinistro e do pagamento da indenização, em algumas vezes, o terceiro acaba se relacionando com a seguradora, tanto que pode chegar a receber diretamente o pagamento da indenização securitária, se assim for o desejo do segurado, como autorizam as Circulares SUSEP nº 437/2012 e nº 553/2017. Em tais hipóteses, o estabelecimento de uma relação poderia autorizar o ajuizamento de uma ação direta, estando presentes os pressupostos de constituição válida do processo, ainda que não haja legislação expressa que autorize a referida ação.

27. Por outro lado, a ausência de vínculo contratual entre o terceiro e a seguradora para afastar a ação direta é, por si só, argumento suficiente que independe da existência de todos os demais, vigendo, hoje, o entendimento consagrado na Súmula 529, do STJ. A crítica à referida Súmula fica restrita ao fato de que (i) sua aplicação não pode ser abrangente para todo e qualquer seguro de responsabilidade civil facultativo (como seguros de responsabilidade civil geral, *D&O*, *E&O*, etc.), na medida em que surgiu no contexto

exclusivo das diversas ações envolvendo seguro de responsabilidade civil facultativo – veículo, em acidentes automobilísticos; e (ii) em sua redação não está explícita a inexistência de solidariedade entre os réus (segurado e seguradora) perante o autor (vítima), sendo que o ajuizamento da ação perante a seguradora e o segurado deve servir apenas para propiciar maior celeridade, mas não para criar imposição de solidariedade no pagamento dos valores devidos ao autor, o que não merece, de modo algum prosperar, por todas as razões já comentadas no decorrer da presente.

28. No direito estrangeiro, o tratamento do tema varia. Apesar de a ação direta não ser permitida, na Itália, a legislação é clara ao permitir o pagamento direto ao terceiro, bem como o chamamento da seguradora à lide, por parte do segurado. Diferentemente, em Portugal, a ação direta é admitida, embora esteja condicionada a duas hipóteses, quais sejam, (i) quando há previsão contratual; ou (ii) se o segurado informar o terceiro acerca da existência do seguro. Na França e na Espanha, a ação direta está consagrada na legislação. Já, na Argentina, a ação direta é permitida se o segurado também estiver no polo passivo.

29. Além das discussões havidas no âmbito judicial, também surgem outras relacionadas aos meios alternativos de soluções de conflito, como a mediação e a arbitragem. No Brasil, lamentavelmente, a cultura do litígio é bastante firme, sendo poucas as experiências envolvendo seguros de responsabilidade civil e mediação. Diferentemente, com a arbitragem, embora ainda seja em número infinitamente menor do que os litígios judiciais, já podemos ver alguns casos práticos. Não há dúvidas de que a cláusula que a instituir é válida, desde que observadas as normas regulatórias acerca do assunto, bem como que esteja assinada pelo segurado e pela seguradora, em condições particulares, revelando a expressa anuência das partes com relação à mesma. Importante notar que, à luz das regras da arbitragem e das especificidades que permeiam o seguro de responsabilidade civil, não é possível a vinculação de terceiro que com ela não anuiu, em que pesem todas as discussões envolvendo o tema, estudadas de forma breve na presente, ou seja, não é possível vincular a seguradora ou o segurado quando os mesmos não anuíram com a arbitragem como meio de solução de conflitos, seja no âmbito das discussões havidas entre o segurado e o terceiro, relacionadas ao contrato de seguro, como nas ações de ressarcimento relacionadas ao exercício da sub-rogação da seguradora, ou, até mesmo, quanto ao eventual envolvimento do ressegurador, quando houver resseguro.

30. Apesar de todas as polêmicas trazidas no decorrer da presente, não se faz necessária uma nova legislação securitária em diploma separado, tal como proposto pelo PLC nº 29/2017, em trâmite no Senado Federal, fruto do Substitutivo adotado pela Comissão Especial destinada a analisar o Projeto de Lei de Seguros (PL 3.555, de 2004), ao qual estão apensados o PL nº 8.034/2010 e PL nº 8.290/2014, que teve sua Redação Final aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) em 04/04/2017, após decisão terminativa da Comissão Especial, cuja redação foi objeto de acordo entre alguns *players* do mercado. O texto conta com cento e vinte e nove artigos, entre eles muitos dos quais, se aprovados, terão impacto direto no seguro de responsabilidade civil.

31. O fato de, em países como Portugal, França, Espanha, Alemanha e Argentina existir legislação própria para tratar de seguros, que, na maioria das vezes, prevalece sobre as disposições previstas no Código Civil dos referidos países, não justifica a aprovação de lei específica também no Brasil, como defendem alguns. Na Itália, por exemplo, a disciplina do contrato de seguros prevista no Código Civil permanece em vigor, muito embora exista, também, um Código de Seguros, que está mais voltado ao regramento de questões regulatórias, além de dispor sobre seguros obrigatórios.

32. Os desafios e as polêmicas práticas tratadas no decorrer da presente tese permanecerão, em sua grande maioria, sem solução, se o PLC nº 29/2017 for aprovado tal como está. Pior, os dispositivos que tratam, especificamente, do seguro de responsabilidade civil, além de não se coadunarem com a melhor prática que permeia essa espécie securitária, contrariam princípios securitários, a própria natureza do seguro, e violam a legislação processual vigente. Deveriam, pois, serem suprimidos, ou, no mínimo, revistos para contemplarem a redação atual do Código Civil, acerca do assunto.

33. De qualquer modo, não se nega o fato de que alguns dos dispositivos atualmente em vigor que tratam do seguro de responsabilidade civil, no próprio Código Civil, poderiam ser aperfeiçoados para dirimir algumas das questões colocadas no decorrer da presente. Foi, justamente, nesse contexto, que se propôs, na tentativa de encontrar solução para alguns dos desafios e polêmicas tratadas, projeto de lei que promove alterações no artigo 787, do referido diploma legal.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. C. Moitinho de. **O contrato de seguro no direito português e comparado**. Lisboa: Sá da Costa, 1971.

ALVES, Vilson Rodrigues. **Da prescrição e da decadência no novo Código Civil**. 2ª edição. Editora Bookseller, 2003.

ALVIM, Pedro. **Responsabilidade Civil e seguro obrigatório**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1972.

_____. **O contrato de seguro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. Elizabeth Alvim Bonfioli (org.). **O seguro e o novo código civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

AMORIM FILHO, Agnelo. **Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961. v. 300.

ASCARELLI, Tulio. **Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado**. 1ª ed. Campinas: Bookseller, 2001.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos: curso de direito civil**. São Paulo: Atlas, 2002.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio Jurídico Existência, Validade e Eficácia**. 7ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social**. Revista Trimestral de Direito Civil. v. 19. Rio de Janeiro: Padma, julho-setembro, 2004. p. 211-218.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Rumo a uma outra modernidade. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2010.

BIRDS, John. **Insurance Law in the United Kingdom**. Second Edition. London: Wolters Kluwer, 2014.

_____. **Modern Insurance Law. Fourth Edition.** London: Sweet & Maxwell, 1997.

BITTAR, Carlos Alberto; BITTAR, Eduardo C. B. **Direitos do consumidor:** Código de Defesa do Consumidor. 5ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

CANNON, Mark. MCGURK, Brendan. **Professional Indemnity Insurance.** New York: Oxford, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto. **A Arbitragem no Brasil: Em Busca de Uma Lei.** Revista de Processo. Doutrinas Essenciais Arbitragem e Mediação. São Paulo: RT, vol. 72/1993, out - dez / 1993, p. 53 -74 (Disponível em: <<http://www.revistadoatribunais.com.br/>>. Acesso em: 27 Maio. 2018).

CARRÁ, Bruno Leonardo Câmara. **Responsabilidade civil sem dano:** uma análise crítica: limites epistêmicos a uma responsabilidade civil preventiva ou por simples conduta. São Paulo: Atlas, 2015.

CASES, José Maria Trepas. **Código Civil Comentado:** Várias Espécies de Contrato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de Renda. Jogo e Aposta. Artigos 693 a 817. Álvaro Villaça Azevedo (Coordenador). São Paulo: Atlas, 2003. v. 8.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Direito do Consumidor.** São Paulo: Atlas, 2008.

CLARKE, Malcolm A. **The Law of Liability Insurance.** New York, NY: Informa Law from Routledge, 2014.

COLONNA, Kyle. **Autonomous Cars and Tort Liability.** Case Western Reserve Journal of Law, Technology & the Internet. Vol. 4, No. 4, 2012. (Disponível em:<<https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1022&context=joliti>>. Acesso em 19.05.2018).

CORDEIRO, Antônio Menezes. **Direito dos Seguros.** Almedina: Coimbra, 2013.

COSTA, Guilherme Recena. **Partes e Terceiros na Arbitragem.** Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

CRISTONI, Inaldo. **Informação sem Resgate.** Valor Financeiro. Seguros, Previdência e Capitalização. n. 29, p. 45-47, maio 2017.

DATT, Felipe. **Seguro Não Morreu de Velho**. Valor Financeiro. Seguros, Previdência e Capitalização. n. 29, p. 10-14, maio 2017.

DE PLÁCIDO, e Silva. **Vocabulário Jurídico**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DELGADO, José Augusto. **Comentários ao novo Código Civil**: das várias espécies de contrato, do seguro. Sálvio de Figueiredo Teixeira (Coordenador). Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. XI, t. 1.

DESSAUNE, Marcos. **Desvio produtivo do consumidor: o prejuízo do tempo desperdiçado**. São Paulo: Ed. RT, 2011.

DIAS, José de Aguiar. **Cláusula de não-indenizar**: chamada cláusula de ir responsabilidade. 4ªed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

_____. **Da responsabilidade civil** - atualizada de acordo com o Código civil de 2002 e aumentada por Rui Berford Dias. 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Arbitragem na Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Direito Civil Brasileiro**. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v.3.

DONATI, Antigono. **Manuale Di Diritto Delle Assicurazioni Private**. Seconda Edizione. Milano: Giuffrè, 1961.

_____. PUTZOLU, G. V. **Manuale Di Diritto Delle Assicurazioni**. Decima Edizione Aggiornata. Milano: Giuffrè, 2012.

DONNINI, Rogério. **Responsabilidade Civil na Pós-Modernidade: felicidade, proteção, enriquecimento com causa e tempo perdido**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2015.

FORNI, Simone. **Assicurazione e Impresa. Manuale professionale di diritto delle assicurazione private**. Milano: Giuffrè, 2009.

FRANCO, Vera Helena de Mello. **Contratos. Direito Civil e Empresarial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Contratos. Direito Civil e Empresarial.** 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

GARGALLO, María del Mar Maroño. **El deber de salvamento en el contrato de seguro.** Granada, 2006.

GOMES, Orlando. **Contratos.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

GONÇALVES, Carlos Alberto. **Comentários ao Código Civil:** parte especial: direito das obrigações, volume 11 (arts. 927 a 965). Antônio Junqueira de Azevedo (Coordenador). São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Direito Civil Brasileiro: contratos e atos unilaterais.** 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 3.

GRINOVER, Ada Pellegrini [et. al.]. **Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALPERIN, Isaac. **Contrato de Seguro.** Ediciones Depalma Buenos Aires, 1966.

_____. **Seguros. Exposición Crítica de La Ley 17.418.** Buenos Aires: Depalma, 1970.

HANOTIAU, Bernard. **Complex Arbitrations, Multi Party, Multi Contract, Multi-Issues and Class Actions.** Kluwer Law International, 2005. (Disponível em: <<http://www.kluwerarbitration.com>>. Acesso em: 26 Maio. 2018).

HARB, Jean- Pierre. **The Baker & Mckenzie International Arbitration Yearbook 2009.** Mockba: Bojitepc Kjiybep, 2010.

HARTEN, Carlos. **O contrato de seguro visto pelo Superior Tribunal de Justiça.** São Paulo: OTE, 2009.

IBDS – Instituto Brasileiro de Direito do Seguro. **Contrato de Seguro: Uma Lei para Todos.** São Paulo: Quartier Latin, 2012.

KROEGER, David M.; JOHNSON, Daniel A.. **Chapter 30: Arbitration of Insurance Disputes.** In: International Arbitration in the United States. Jan-2017. Disponível em: <<http://www.kluwerarbitration.com>>. Acesso em: 26 Maio. 2018).

LACERDA, Maurício Andere Von Bruck. **O seguro dos administradores no Brasil: O D&O Insurance Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2013.

LEMES, Selma Maria Ferreira. **Cláusula escalonada ou combinada: mediação, conciliação e arbitragem**. In: FINKELSTEIN, Cláudio; VITA, Jonathan B.; CASADO FILHO, Napoleão (coords.). *Arbitragem internacional, Unidroit, CISG e direito brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 163-179.

_____. **Arbitragem e seguro**. Revista de Arbitragem e Mediação. vol. 27. São Paulo: Ed. RT, out.-dez. 2010. p. 56 e ss.

_____. **Cláusulas Combinadas ou Fracionadas: Arbitragem e Eleição de Foro**. Revista do Advogado, Associação dos Advogados de São Paulo- AASP, Edição Especial sobre Arbitragem, n.119, abril, 2013. p. 153 - 158.

_____. **Anotações sobre a Nova Lei de Arbitragem**. Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo: RT, vol. 47/2015, out – dez /2015, p. 37-44 (Disponível em: <<http://www.revistadotribunais.com.br>>. Acesso em: 27 Maio. 2018).

_____. **Opinião: A Arbitragem no Projeto de Lei de Seguros**. Valor Econômico, 18/08/2017.

LOPEZ, Teresa Ancona. **Princípios da Precaução e Evolução da Responsabilidade Civil**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

_____. **Dano Existencial**. Revista de Direito Privado. São Paulo: RT, vol. 57/2014, jan - mar / 2014, p. 287 – 302. (Disponível em: <<http://www.rtonline.com.br/>>. Acesso em: 29 Julho. 2018).

MALUF, Carlos A. D.. **Código Civil Comentado: Prescrição, Decadência e Prova**. Artigos 189 a 232. Álvaro Villaça Azevedo (Coordenador). São Paulo: Atlas, 2009. v. 3.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. TARTUCE, Fernanda. **Mediação no Direito Empresarial: Possibilidades Interessantes em Conflitos Securitários**. Revista de Processo, RT. vol. 279/2018 | p. 513 - 527 | Maio / 2018. (Disponível em: <<https://www.revistadotribunais.com.br>>. Acesso em: 03 Junho. 2018).

MARENSI, Voltaire Giavarina. **O Seguro no Direito Brasileiro**. 3ª ed. Porto Alegre: Síntese, 1996.

MARIOTTI, Paolo. **Prodotti Difettosi e Obsolescenza Programmata**. San Marino: Maggioli Editore, 2013.

MARTINEZ, Pedro Romano [et. al.]. **Lei do contrato de seguro anotada**. 2ª ed. Almedina: Coimbra, 2011.

MARTINS, João Marcos Brito. **Direito de seguro: responsabilidade civil das seguradoras: doutrina, legislação e jurisprudência: de acordo com o novo Código Civil, Lei nº 10.406, de 10.01.2002**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima. BENJAMIN, Antônio Herman V. MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**. 5ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais (Disponível em: <<http://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/authentication/formLogin>>. Acesso em 12 Julho. 2017).

MELO, Gustavo de Medeiros. **Ação Direta da Vítima no Seguro de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Contracorrente, 2016.

MERCOLINO, Criscuolo M; FORTUNATO G. **L' assicurazione** (a cura di A. Scarpa). Giappichelli Editore: Torino, 2001.

MOITINHO DE ALMEIDA, J. C. **Contrato de Seguros. Estudos**. Coimbra Editora, 2009.

MOLINA, Inês Elena. **Ruina Y Seguro de Responsabilidad Decenal**. Granada: Editorial Comares, 1998.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: responsabilidade civil**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010. v. 7.

ORTIZ, Juan Manuel Díaz – Granados. **El Seguro de responsabilidad**. Bogotá: Centro Editorial Rosarista, 2006.

PAOLINI, Adolfo. NAMBISAN, Deepak. **Directors and Officers Liability Insurance**. London: Taylor & Francis, 2008.

PARSONS, Chris. **From accident to liability. A brief history of liability insurance**. London: Chartered Insurance Institute, 2002.

PARTENZA, Italo. **L' Assicurazione di Responsabilità Civile Generale**. Milano: Giuffrè Editore, 2009.

PIMENTA, Melisa Cunha. **Seguro de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2010.

PIZA, Paulo Luiz de Toledo. **Contrato de Resseguro**: tipologia, formação e direito internacional. São Paulo: Manuais Técnicos de Seguros: IBDS, 2002.

POLIDO, Walter A. **Contrato de seguro: novos paradigmas**. São Paulo: Roncarati, 2010.

_____. **Seguros de Responsabilidade Civil**. Manual Prático e Teórico. Curitiba: Juruá, 2013.

_____. **Contrato de seguro e atividade seguradora no Brasil: direitos do consumidor**. São Paulo: Roncarati, 2015.

_____. **Seguro de Responsabilidade Civil Produtos – Análise Pontual das Exclusões Determinadas pelo Mercado Segurador Brasileiro**. Revista Brasileira de Risco e Seguro. Edição nº 20. (Disponível em: <http://www.rbrs.com.br/arquivos/rbrs_20_11_12.pdf>. Acesso em: 18 Junho. 2017).

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de Direito Privado**: direito das obrigações: contrato de transporte. Contrato de parceria. Jogo e aposta. Contrato de seguro. Seguros terrestres, marítimos, fluviais, lacustres e aeronáuticos. 1ª ed. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2006.

_____. **Tratado de Direito Privado**: direito das obrigações: Contrato de seguro (continuação). Seguro de Vida. Seguros de acidentes pessoais. Seguros de responsabilidade. Seguro de crédito. Seguros de risco especiais e de universalidade. Seguros mútuos. Resseguro. Contrato de Hospedagem. 1ª ed. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 2006.

_____. **Direito das Obrigações: contrato de seguro (continuação)**. Atualizado por Bruno Miragem. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. Tomo XLVI.

RAMOS, Maria Elisabete Gomes. **O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores** (entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura). Coimbra: Almedina, 2010.

RIBEIRO, Amadeu Carvalhaes. **Direito de Seguros**. São Paulo: Atlas, 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

ROCHA, Francisco Rodrigues. **Sub-rogação do segurador nos seguros de danos nos direitos português e brasileiro: eficácia, âmbito de aplicação, exceções oponíveis e ônus de a não prejudicar**. Revista Jurídica de Seguros. Rio de Janeiro: Cnseg, nº 8, maio, 2018. p. 150-187.

ROSSETTI, Marco. **Il Diritto Delle Assicurazioni**. Padova: Cedam, 2013. v. III.

SÁNCHEZ CALERO, Fernando (et. al.): **Ley de contrato de seguro. Comentarios a la Ley 50/1980 de 8 de octubre y a sus modificaciones**. 3ª ed. Cizur Menor: Editorial Aranzadi, 2005.

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano moral indenizável**. 4. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Ed. RT, 2003.

SANTOS, Ricardo Bechara. **Direito de Seguro no Cotidiano**. Coletânea de Ensaios Jurídicos. Forense: Rio de Janeiro, 1999.

SAVI, Sérgio. **Responsabilidade Civil por Perda de uma Chance**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCALFI, Gianguido. **I Contratti di Assicurazione L'Assicurazione Danni**. Torino: Torinese, 1991.

SCHIAVO, Carlos A. **Contrato de seguro. Reticencia y agravación del riesgo**. 1ª ed. Buenos Aires: Hammurabi, 2006.

SILVA, Rita Gonçalves Ferreira da. **Do Contrato de Seguro de Responsabilidade Civil Geral**. Seu Enquadramento e Aspectos Jurídicos Essenciais. Coimbra: Editora Coimbra, 2007.

SOARES, Flaviana Rampazzo. **Responsabilidade civil por dano existencial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

SOUZA, Bárbara Bassani de.; GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **A Responsabilidade Civil Objetiva sob a Ótica do Seguro Obrigatório - DPVAT**. In: Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. (Org.). Responsabilidade Civil. 1ª ed. São Paulo: Rideel, 2011, v. 1, p. 21-40.

_____. **Responsabilidade Civil do Segurador**. Revista da Faculdade de Direito – USP. São Paulo. v. 109. p. 745-770 jan/dez. 2014.

_____. **Seguros: Beneficiários e suas Implicações**. São Paulo: Roncarati, 2016.

STIGLITZ, Rubén S. **Derecho de Seguros**. 3ª ed. Argentina: Abeledo – Perrot, 1998. t I.

_____. **Derecho de Seguros**. Título I. 5.ed actualizada y ampliada. Buenos Aires: La Ley, 2008.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência**. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

TÁRREGA, Rafael Martins. **Seguro DPVAT - Seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres**. 3ª ed. Campinas, SP: Servanda, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Arbitragem e Terceiros - Litisconsórcio Fora do Pacto Arbitral - Outras Intervenções de Terceiros**. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. São Paulo: RT, vol. 14/2001, out – dez / 2001, p. 357 – 386. (Disponível em: <<http://www.revistadostribunais.com.br>>. Acesso em: 26 Maio. 2018).

TZIRULNIK, Ernesto; CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B.; PIMENTEL, Aryton. **O contrato de seguro de acordo com o Código Civil Brasileiro**. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Roncarati, 2016.

_____. **VII Fórum de Direito do Seguro** José Sollero Filho. São Paulo: IBDS, 2017.

VASQUES, José. **O Contrato de Seguro**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Parte Geral**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. v.1.

_____. **Direito Civil: Contratos em espécie**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 3.

_____. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. v.4.

VERNIZZI, Simone. **Il Rischio Putativo**. Milano: Giuffrè, 2010.

VIVANTE, Cesare. **Contrato di Assicurazione**. In: BOLAFFIO, Leone. VIVANTE, Cesare. *Codice Di Commercio Commentato*. Quinta edizione rifatta. Torino: Unione Tipografico – Editrice Torinese. 1922. Volume settimo.

VINEY, Geneviève. **As tendências atuais do direito da responsabilidade civil**. Tradução de Paulo Cezar de Mello. In: Tepedino, Gustavo (org.). *Direito civil contemporâneo: novos problemas à luz da legalidade constitucional*. São Paulo: Atlas, 2008.

WALD, Arnaldo. **A Prescrição da Ação de Recebimento do Seguro Dpvt**. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*. v. 46. Outubro 2009.

_____. **Direito Civil: Contratos em Espécie**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim [et. al.]. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Contratos civis por adesão no direito latino-americano**. Grupo para la armonización del derecho privado latino americano. Obligaciones: contratos, responsabilidad, Bogotá, Colombia: Universidade Externado de Colombia, 2011.

Fontes Legislativas

ALEMANHA, **Insurance Contract Act**. Disponível em: <<http://germanlawarchive.iuscomp.org/?p=861>>. Acesso em 29 Abril. 2018.

ARGENTINA, **Ley de Seguros nº 17418**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/35000-39999/39520/norma.htm>>. Acesso em: 30 Abril. 2018.

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 19 Maio. 2017.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 19 Maio. 2017.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 19 Maio. 2017.

ESPAÑA. **Ley 50/1980, de 8 octubre.** Disponível em: <https://www.boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=045_Codigo_del_Mercado_del_Seguro&modo=1>. Acesso em 30 Março. 2018.

FRANÇA. **Code des assurances.** Disponível em: <<https://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006073984&dateTexte=20180408>>. Acesso em: 21 Fevereiro. 2018.

ITÁLIA. **Codice Civile.** Disponível em: < <http://www.altalex.com> >. Acesso em: 19 Maio. 2017.

ITÁLIA. **Codice Delle Assicurazioni Private.** Disponível em: <http://www.ibds.com.br/bibliotecas/ITA_CodiceAssicurazioni.pdf>. Acesso em: 19 Maio. 2017.

PORTUGAL. **Lei do Contrato de Seguro.** Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=775A2133&nid=775&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo>. Acesso em: 22 Novembro. 2017.

REINO UNIDO. **Act 1925.** Disponível em:<<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/15-16/23/contents>>. Acesso em 20 Maio. 2017.

Sítios eletrônicos

<https://acpr.banque-france.fr>

<http://www.agcs.allianz.com>

<https://aida.ineris.fr>

<http://www.altalex.com>

<http://www.anac.gov.br>

<http://www.asf.com.pt>

<https://www.boe.es>

<http://www.businessinsurance.com>

<http://www.camara.gov.br>

<http://www.camarasin.com.br>

<http://www.cjf.jus.br>

<http://www.cnseg.org.br/>

<http://www.conjur.com.br>

<https://www.courtlistener.com>

<http://www.cvg.org.br>

<http://www.dji.com.br>

<https://www.dgsfp.mineco.es>

<https://www.editoraroncarati.com.br/>

<http://www.eur-lex.europa.eu>

<http://www.europarl.europa.eu>

<https://www.fundacionmapfre.org/>

<https://www.funenseg.org.br>

<http://www.gazzettaufficiale.it>

<http://www.germanlawarchive.iuscomp.org>

<http://www.ibds.com.br>

<https://www.iii.org>

<http://www.internationallawoffice.com>

<https://www.ivass.it/>

<http://www.kluwerarbitration.com>

<https://www.legifrance.gouv.fr>

<http://www.legis.senado.leg.br>

<https://www.legislation.gov.uk>

<https://www.lexology.com>

<http://www.lloyds.com/>

<https://www.nhtsa.gov>

<https://www.oglobo.globo.com>

<http://www.pgdlisboa.pt>

<http://www.propertycasualtyfocus.com>

<https://reinsurancefocus.com>

<http://www.revistaapolice.com.br>

<http://www.stewartdunn.com>

<http://www.stj.jus.br>

<http://www.sincor-es.com.br>

<http://www.susep.gov.br>

<http://www.tjba.jus.br>

<http://www.tjdf.jus.br>

<http://www.tjmg.jus.br>

<http://www.tjms.jus.br>

<http://www.tjpe.jus.br>

<https://www.tjpr.jus.br/>

<http://www.tjsp.jus.br/>

<http://www.tjrj.jus.br>

<http://www.tjrs.jus.br>